



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8319

Presidente da Mesa Diretora: Valcir Soares da Silva

Espécie: Resolução

Categoria: Contas do Município Aprovadas

Autoria: Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

Data: 15/03/2011

Descrição Sumária: RESOLUÇÃO Nº 09, de 10/05/2011. Dispõe sobre a Prestação de Contas do Município de Montes Claros, relativas ao exercício financeiro de 2009. (Aprovadas).

Controle Interno – Caixa: 2.1

Posição: 09

Número de folhas: 41

Expediente: PR
Categoria: Contas aprovada
Ano: 2011
Edição: 09
Nº fls: 38

RESOLUÇÃO Nº 09/2011



10-05-2011

Câmara Municipal de Montes Claros

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2009

AUTOR:

Tribunal de Contas de Minas Gerais

ASSUNTO:

Prestação de Contas do Município de Montes Claros, Relativas ao
Exercício Financeiro de 2009.

MOVIMENTO

Entrada em 15/03/2011

Comissão de Finanças Orçamento e Tomada de Contas

- 1 -
- 2 - A NOVAÇÃO EM ÚNICA EM 10.05.2011
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

RESOLUÇÃO Nº 09, de 10 de maio de 2.011.

Dispõe sobre as contas do Município de Montes Claros (MG) referentes ao exercício financeiro do ano de 2.009.

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, referentes ao exercício financeiro de 2.009 (dois mil e nove), nos termos do Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 10 de maio de 2.011.

Vereador – Valcir Soares Silva
Presidente da Câmara

Vereador – Sebastião Ildeu Maia
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG	
A presente cópia confere com o original em poder deste legislativo	
Montes Claros:	10 de maio de 2011.
Funcionário:	
Cargo:	Elisabete Rosa Secretaria Administrativa

AS COMISSÕES
19/04/2011



Câmara Municipal de Montes Claros

Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 - Centro - CEP 39.400-466 - Montes Claros - MG - PABX: (38) 3690-5400 - Fax: (38) 3690.5400 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13 /2011

“Dispõe Sobre as Contas do Município de Montes Claros(MG) Referentes ao Exercício Financeiro de 2009.”

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG., aprovou e eu, Presidente desta casa, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovadas as contas do Município de Montes Claros(MG), referentes ao exercício financeiro de 2009, de acordo com o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação revogando disposições em contrário.

Sala das sessões, 18 de abril de 2011.

Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice-Presidente: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto

[Handwritten signatures]



CÂMARA MUNICIPAL DE ESTADOS CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 19 DE ABRIL DE 2011
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTADOS CLAROS
APROVADO EM COMISSÃO POR
UNICA
EM 10 DE MAIO DE 2011
PRESIDENTE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Apoio à 2ª Câmara
Intimação nº 2314/2011
Processo nº 835552
Exercício de 2009

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2011.


Senhor Presidente,

Por ordem do Exmo. Senhor Presidente da 2ª Câmara deste Tribunal, Conselheiro Eduardo Carone Costa, encaminho-lhe o parecer prévio emitido sobre as contas desse Município referente ao processo acima epigrafado e constante nas Notas Taquigráficas que seguem acompanhadas do relatório da unidade técnica competente, em cópia anexa.

Cientifico-lhe que, após o julgamento das contas pela egrégia Câmara Municipal, consoante disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 102, de 18/01/2008, deverá ser enviada a este Tribunal cópia autenticada da resolução, bem como das atas das sessões em que a matéria foi discutida e votada, contendo a relação nominal dos Edis presentes e o resultado numérico da votação.

Cientifico-lhe, ainda, que o descumprimento da remessa dos documentos listados, no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, previsto no parágrafo único do dispositivo legal retro mencionado, poderá ensejar aplicação de multa prevista no inciso IX, do artigo 85 da Lei Complementar 102/08, bem como a remessa dos autos ao Ministério Público para adoção das medidas legais cabíveis.

Atenciosamente,


Joana Maciel Oliveira Regadas
Coordenadora de Área

COMUNICADO IMPORTANTE

A partir de 04/11/2010, todos os atos administrativos e processuais deste Tribunal passam a ser publicados somente no Diário Oficial de Contas – D.O.C. (Res. 10/2010).

Acesse: doc.tce.mg.gov.br

Exmo. Sr.
Valcir Soares Silva
Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros
Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 – Centro
39400-466 – MONTES CLAROS - MG



SEGUNDA CÂMARA – SESSÃO: 07/10/10

RELATOR: CONSELHEIRO ELMO BRAZ

PROCESSO Nº 835552 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCURADORA PRESENTE À SESSÃO: MARIA CECÍLIA BORGES

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

CONSELHEIRO ELMO BRAZ:

Processo nº: 835.552

Natureza: Prestação de Contas Municipal

Entidade: Prefeitura Municipal de Montes Claros

Exercício: 2009

Responsável: Luiz Tadeu Leite

Tratam os presentes autos de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros, relativa ao exercício de 2009.

No exame inicial do processo proferido pelo Órgão Técnico de acordo com a O.S. n.º 3, de 27/05/09, foi apontada irregularidade relativa à abertura de créditos adicionais e/ou na realização dos créditos orçamentários, ensejando a abertura de vista ao Sr. Luiz Tadeu Leite, conforme determinado à fl. 27.

Em atendimento à determinação supra, o responsável apresentou as justificativas e documentos de fls. 35 a 151.

A Diretoria Técnica, em reexame de fls. 153/159, considerou sanada a irregularidade nas contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

O douto Ministério Público junto ao Tribunal opinou pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas, a teor do disposto no art. 45, inciso I, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, à fl. 161.

É o relatório.



Mérito

Inicialmente, cumpre informar que o Município aplicou os percentuais de:

- 26,01% na manutenção e desenvolvimento do ensino (fl. 11);
- 42,66% com despesas de pessoal, sendo 40,92% relativos ao Executivo e 1,74% referentes ao Legislativo (fl. 12);
- 26,58% nas ações e serviços públicos de saúde (fl. 11).

Registre-se que os índices percentuais acima poderão ser modificados, se apurados em inspeção “in loco” dados divergentes dos informados pela Prefeitura nesta prestação de contas, passíveis de alteração.

De acordo com o exame técnico de fls. 08/25, foi verificada irregularidades na abertura de créditos adicionais e/ou na realização dos créditos orçamentários.

Tendo em vista as justificativas apresentadas pelo interessado, bem como a documentação que as acompanham, considero sanada a irregularidade inicialmente apontada.

Pelo exposto, a teor do que dispõem a Resolução TCEMG n.º 04/09 e a O.S. n.º 3, de 27/05/2009, e de acordo com o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, VOTO pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas do gestor responsável pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, exercício de 2009, nos termos do inciso I do artigo 45 da Lei Complementar n.º 102/08 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas, tendo em vista a observância dos índices e limites constitucionais e legais examinados na prestação de contas apresentada.

Ressalto, no entanto, que a emissão do parecer prévio pela aprovação das contas não impede a apreciação posterior de atos relativos ao mencionado exercício financeiro, em virtude de representação, denúncia de irregularidades ou da própria ação fiscalizadora desta Corte de Contas, seja sob a ótica financeira, patrimonial, orçamentária, contábil ou operacional, com enfoque no exame da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.



Recomendo, ainda, ao atual gestor, sejam mantidos, devidamente organizados, todos os documentos relativos aos atos de gestão praticados no exercício financeiro em tela, observados os atos normativos do Tribunal, os quais deverão ser disponibilizados a esta Corte mediante requisição ou durante as ações de fiscalização a serem realizadas na municipalidade.

Ao responsável pelo Órgão de Controle Interno, recomenda-se o acompanhamento, sob todos os aspectos, da gestão municipal, a teor do que dispõe o art. 74 da Constituição da República, alertando-o de que, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, deverá dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Após o cumprimento dos procedimentos legais cabíveis à espécie, o arquivamento dos autos se impõe.

CONSELHEIRO SEBASTIÃO HELVECIO:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.

CONSELHEIRO PRESIDENTE EDUARDO CARONE COSTA:

Voto de acordo com o Conselheiro Relator.

APROVADO O VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAM
ENTO TOMADA DE CONTAS
EM 15 DE MARÇO DE 20 11

PRESIDENTE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS



Exercício: 2009

Processo Número: 835552

Município: MONTES CLAROS

Em cumprimento às determinações do art. 31 da Constituição Federal/88, no § 4º do art. 180, c/c o inciso I do art. 76 da Constituição Estadual/89, no art. 59 da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, e no inciso XXIX do art. 3º e § 1º do art. 42 da Lei Complementar Estadual n. 102, de 17 de Janeiro de 2008 e Resolução n. 04, de 27 de maio de 2009, procedemos ao exame da Prestação de Contas do Município supracitado, com base nas informações apresentadas pela Administração Municipal.

I - Informações Preliminares

1 - Responsáveis pela Prestação de Contas:

1.1 - Prefeito Municipal: Sr.(a) LUIZ TADEU LEITE

1.2 - Ordenadores de Despesa Principais:

LUIZ TADEU LEITE

1.3 - Responsáveis pela Contabilidade:

SANDRO LOBO ARAUJO

1.4 - Responsáveis pelo Controle Interno do Executivo Municipal:

RONALDO DOS REIS SOUTO

2 - Consolidação das Contas:

As contas do Legislativo Municipal foram integralmente consolidadas.

As contas da(s) Entidade(s) foram integralmente consolidadas com as contas do Executivo Municipal, conforme Portaria Interministerial 163, de 04/05/2001.

Exercício: 2009
Município: MONTES CLAROS

Processo Número: 835552



II - Créditos Orçamentários e Adicionais

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2009 foi aprovada sob o nº 4.027
Receita e Despesa Orçada: R\$ 481.500.000,00

1 - DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS	Apurado
1.1 - Créditos Suplementares	
Limite de Créditos Autorizados no Orçamento	R\$ 96.300.000,00
Créditos Autorizados por Outras Leis	R\$ 0,00
Total de Créditos Autorizados (A)	R\$ 96.300.000,00
Identificação da Abertura por Fonte de Recurso	
Créditos Suplementares Abertos por Anulação	R\$ 86.200.523,58
Créditos Suplementares Abertos por Superávit Financeiro	R\$ 357.000,00
Total de Créditos Suplementares Abertos (B)	R\$ 86.557.523,58
Créditos Suplementares sem Cobertura Legal (B - A)	R\$ 0,00
1.2 - Créditos Especiais	
Total dos Créditos Autorizados (A)	R\$ 0,00
Identificação da Abertura por Fonte de Recurso	
Créditos Especiais Abertos por Anulação	R\$ 109.540.800,97
Total de Créditos Especiais Abertos (B)	R\$ 109.540.800,97
Créditos Especiais sem Cobertura Legal (B - A)	R\$ 109.540.800,97

Conforme demonstrado no subitem 1.2, o município procedeu à abertura de créditos Especiais no valor de R\$109.540.800,97 sem a devida cobertura legal, contrariando o disposto no art. 42 da Lei 4.320/64.

1.3 - Demonstrativo dos Créditos Adicionais Abertos Sem Recursos	
1.3.1 - Excesso de Arrecadação de Convênios	R\$ 14.939.040,19
Créditos Adicionais Abertos	R\$ 0,00
Créditos Suplementares/Especiais sem Recursos	R\$ 0,00
1.3.2 - Superávit Financeiro do Exercício Anterior	R\$ 0,00
Créditos Adicionais Abertos	R\$ 357.000,00
Créditos Suplementares/Especiais sem Recursos	R\$ 357.000,00

Obs: Na apuração do Superávit Financeiro do exercício anterior não estão sendo computados os valores relativos ao RPPS

Conforme demonstrado no subitem 1.3, o município procedeu à abertura de Créditos Suplementares / Especiais no valor de R\$357.000,00 sem recursos disponíveis, contrariando o disposto no art. 43 da Lei 4.320/64.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Exercício: 2009

Processo Número: 835552

Município: MONTES CLAROS



1.4 - Créditos Disponíveis

Créditos Disponíveis

R\$ 481.500.000,00

Despesa Empenhada

R\$ 412.162.187,82

Despesa Excedente

R\$ 0,00

Obs: Os créditos Disponíveis resultam do valor orçado mais os créditos adicionais abertos, exceto por anulação, limitados à existência de recursos.

Considerações

- Não foi considerada nesta análise a autorização de Créditos Especiais por meio da Lei Orçamentária nº 4027, por contrariar o inciso I, do art. 7º, da Lei nº 4.320.



Exercício: 2009

Processo Número: 835552

Município: MONTES CLAROS

III - Repasse à Câmara Municipal

Arrecadação do Município - Exercício Anterior R\$ 142.853.119,93

Percentual Populacional	6%	Valor Correspondente ao Percentual Populacional	R\$ 8.571.187,20
-------------------------	----	---	------------------

Percentual do Repasse	5,54%	Valor do Repasse	R\$ 7.909.733,17
-----------------------	-------	------------------	------------------

O repasse efetuado à Câmara Municipal obedeceu ao limite fixado no inciso III do art. 29-A da Constituição Federal com redação dada pelo art. 2º da Emenda Constitucional 25/2000

IV - Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 26,01 % da Receita Base de Cálculo.

Considerações:

- Excluiu-se, do Anexo II, função 12.122.0033 - Apoio Técnico Administração e Finanças o valor de R\$2.608,75 referentes a Restos a Pagar não Processados e o valor de R\$7.528,92 referentes a Despesas de Exercícios Anteriores. Excluiu-se, também, no Anexo II, o auxílio transporte das seguintes funções 12.122.0033 no valor de R\$66.765,82, 12.122.0037 no valor de R\$472,50 e 12.366.0035 no valor de R\$16.494,84, por não compor os gastos com o ensino. No entanto, as exclusões não causaram impacto no limite percentual constitucionalmente exigido, apenas alterou o percentual apresentado de 26,07% para 26,01%.

V - Aplicação de Recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

Foi aplicado o percentual de 26,58 % da Receita Base de Cálculo, nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no inciso III, do art. 77, do ADCT, com redação dada pelo art. 7º, da EC nº 29/2000.

Considerações:

- Excluiu-se, do Anexo XIV, função 10.122.0062 o valor de R\$127.154,59 referente a Restos a Pagar não Processados e R\$28.658,91 referente a Despesas de Exercícios Anteriores. Excluiu-se, do Anexo XIV, função 10.301.0063 o valor de R\$3.984.194,56 referente a parte de convênios não deduzidos da aplicação. Entretanto, os valores excluídos não causaram impacto no limite percentual constitucionalmente exigido, apenas alterou o percentual apresentado de 29,29% para 26,58%.

Exercício: 2009
Município: MONTES CLAROS

Processo Número: 835552

Fl. nº 12

VI - Demonstrativo do Dispêndio com Pessoal

Percentuais Monetários de Aplicação

A) Município

Receita Base de Cálculo	/ R\$	351.169.018,94
Dispêndio Realizado no Exercício (IN 05/2001)	(42,66%) R\$	149.793.622,20
Permitido pela LC nº 101/2000	(60,00%)	
Percentual Excedente	(0,00%)	

B) Executivo

Receita Base de Cálculo	R\$	351.169.018,94
Dispêndio realizado no Exercício (IN 05/2001)	(40,92%) R\$	143.680.853,97
Permitido pela LC nº 101/2000	(54,00%)	
Percentual Excedente	(0,00%)	

C) Legislativo

Receita Base de Cálculo	R\$	351.169.018,94
Dispêndio Realizado no Exercício (IN 05/2001)	(1,74%) R\$	6.112.768,23
Permitido pela LC nº 101/2000	(6,00%)	
Percentual Excedente	(0,00%)	

Com base nas informações apresentadas pela Administração Municipal, apuramos que:

O Município e os Poderes Executivo e Legislativo obedeceram aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 19, III e art. 20, III alíneas a e b, tendo sido aplicados 42,66%, 40,92% e 1,74%, respectivamente, da Receita Base de Cálculo.

Exercício: 2009

Processo Número: 885552

Município: MONTES CLAROS



VII - Resumo das Irregularidades Apontadas na Análise Técnica

-Irregularidades na abertura de créditos adicionais e/ou na realização dos créditos orçamentários, 12.09/10.

DGCE/DCEM/ 1ª CFM, em 30/06/2010

Nome: Aparecida de Fátima Oliveira

Cargo / TC: Técnico do Tribunal de Contas / 1511-1

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Lei Orçamentária

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

30/04/2010 - 10:08:26



Lei Orçamentária Anual do Município Nº 4.027

Data da Lei: 08/12/2008

Exercício de Aplicação da Lei Orçamentária: 2009

Entidades da Administração Indireta Municipal: Prestações de Contas Consolidadas

Receita Estimada e Despesa Fixada para o Município R\$ 481.500.000,00.

(Prefeitura + Câmara + Administração Indireta)

Discriminação da Receita Estimada e Despesa Fixada

Receitas Correntes	422.340.000,00	Despesas Correntes	338.140.000,00
Receitas de Capital	84.160.000,00	Despesas de Capital	141.780.000,00
Dedução das Receitas	25.000.000,00	Reserva de Contingência	500.000,00
		Reserva Orçamentária do RPPS	1.080.000,00
Total	<u>481.500.000,00</u>	Total	<u>481.500.000,00</u>

Autorização de Abertura de Créditos Adicionais Suplementares, nos Termos do Art. 43 da Lei Nº 4320/64

Autorização de acordo com o Artigo Nº 4º da Lei Orçamentária Municipal.

Limite de Créditos: 20% das Dotações Orçamentárias.

Operações de Crédito também autorizadas no Montante de R\$ 0,00

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Quadro de Leis, Créditos Suplementares, Especiais, Extraordinários e Créditos Especiais do exercício anterior

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

30/04/2010 - 10:08:31

Outras Leis

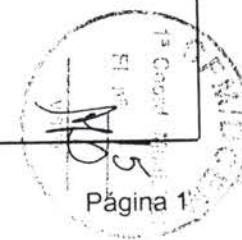
Lei N.º	Data	Valor
		Soma: 0,00

Créditos Suplementares

Lei N.º	Decreto N.º	Data	Valor	Fonte de Recursos	Identificação da Receita
4.027	2.600	04/01/2009	272.900,00	Anulação de dotação	
	2.606	01/03/2009	7.467.500,00	Anulação de dotação	
	2.612	04/05/2009	2.247.109,10	Anulação de dotação	
	2.619	01/06/2009	9.546.450,00	Anulação de dotação	
	2.631	01/07/2009	25.905.513,43	Anulação de dotação	
	2.641	01/09/2009	19.383.935,00	Anulação de dotação	
	2.667	01/11/2009	20.283.116,05	Anulação de dotação	
	2.500	13/05/2009	20.000,00	Anulação de dotação	
	2.618	18/06/2009	157.000,00	Superávit financeiro	
	2.657	05/11/2009	1.074.000,00	Anulação de dotação	
	2.658	05/11/2009	200.000,00	Superávit financeiro	
		Soma:	86.557.523,58		

Créditos Especiais

Lei N.º	Decreto N.º	Data	Valor	Fonte de Recursos	Identificação da Receita
4.027	4.078	08/04/2009	600.000,00	Anulação de dotação	
	4.080	13/04/2009	3.817.000,00	Anulação de dotação	
	4.108	10/07/2009	250,00	Anulação de dotação	
	4.115	17/07/2009	550.000,00	Anulação de dotação	
	4.087	16/06/2009	103.846,06	Anulação de dotação	
	16	01/06/2009	104.469.704,91	Anulação de dotação	
		Soma:	109.540.800,97		



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Quadro de Leis, Créditos Suplementares, Especiais, Extraordinários e Créditos Especiais do exercício anterior

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

30/04/2010 - 10:08:31

Créditos Extraordinários

Decreto N.º	Data	Valor Decretado	Valor Realizado
	Soma:	0,00	0,00

Totais por Fonte de Recursos

	Superávit financeiro	Excesso de arrecadação	Anulação de dotação	Operações de crédito	FUNDEB (Lei 11.494/07, art. 21, § 2º)	Convênio
Créditos Suplementares	357.000,00	0,00	86.200.523,58	0,00	0,00	0,00
Créditos Especiais	0,00	0,00	109.540.800,97	0,00	0,00	0,00
Créditos Especiais do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	357.000,00	0,00	195.741.324,55	0,00	0,00	0,00

Considerações:

AAAA



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

ANEXO I



Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

20/05/2010 - 09:05:36

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (ART. 212 DA C.F., EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 53/06, LEIS nº9.394/96 E 11.494/07)

(em R\$)

01 - Receitas

A - Impostos:

00.1112.02.00	IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	9.667.007,34
00.1112.04.31	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	3.752.625,45
00.1112.04.34	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	365.922,04
00.1112.08.00	Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.256.732,02
00.1113.05.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	20.122.348,31
Subtotal		38.164.635,16

B - Transferências Correntes:

00.1721.01.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	42.099.253,75
00.1721.01.05	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	86.541,88
00.1721.36.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/96	554.379,48
00.1722.01.01	Cota-Parte do ICMS	49.333.422,11
00.1722.01.02	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	18.216.347,04
00.1722.01.04	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	757.250,48
Subtotal		111.047.194,74

C - Outras Receitas Correntes:

00.1911.38.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	565.934,28
00.1911.39.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI	4.472,18
00.1911.40.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	162.014,43
00.1913.11.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imp. sobre a Propriedade Predial e Territ. Urbana - IPTU	1.409.588,06
00.1913.12.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imp. s/ a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI	1.280,76
00.1913.13.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	165.259,27
00.1931.11.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.616.570,82
00.1931.12.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI	15.726,15
00.1931.13.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	895.999,39
Subtotal		5.836.845,34

D - Transferências de Capital:

Subtotal		0,00
-----------------	--	-------------

E - Deduções das Receitas (exceto FUNDEB)

92.1112.02.00	Restituição IPTU	(6.723,81)
92.1112.08.00	Restituição ITBI	(9.591,18)
92.1113.05.01	Restituição ISSQN	(416,80)

1081 170161

Convenção 1162 20102

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

ANEXO I



Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

20/05/2010 - 09:05:36

93.1911.38.00	Desc.Conc.Multa Juros Mora IPTU	(396.147,42)
93.1911.39.00	Desc.Conc. Multas Juros de Mora ITBI	(3.944,68)
93.1911.40.00	Desc.Conc. Multas Juros de Mora ISSQN	(93.010,04)
93.1913.11.00	Desc.Conc. Multas Juros de Mora Divida Ativa IPTU	(1.146.410,39)
93.1913.13.00	Desc.Conc. Multas Juros de Mora Divida Ativa ISSQN	(105.296,81)
96.1722.01.01	Comp.Cota Parte do ICMS	(841.128,00)
Subtotal		(2.602.669,13)
02 - Total das Receitas (A + B + C + D - E)		152.446.006,11
03 - Valor Legal Mínimo (art.212 da CF)		25% = 38.111.501,53
04 - Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Total do Anexo II)		39.652.578,13 = 39.739.055,56
05 - Percentual da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		26,01% = 26,07

Excluído da função 12.122.0033. Apoio Técnico ADM e Financeiras o VR R\$ 2608,75. Ref. Rótulo a Pagar não processados e o valor R\$ 7522,32 ref. Despesas de Exercícios Anteriores.

Excluído Auxílio Transporte das seguintes funções, por não compor os gastos com ensino:

12.122.0033.	66765,82.
12.122.0037.	472,50
12.366.0035	16.494,84

No entanto, os exclusos não impactaram no limite percentual constitucionalmente exigido, apenas alterou-se o percentual apresentado de 26,07% para 26,01%.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

ANEXO II

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

20/05/2010

Fl. nº 19

09:05:41

DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

(em R\$)

Função	Subfunção	Programa	Especificação	Despesas (1)
12			Educação	3049.102,75
	122		Administração Geral	3.126.478,74
		0033	APOIO TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Fl. 03	2.994.852,76
				2917.949,27
		0037	ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR fl. 7	131.153,48
	272		Previdência do Regime Estatutário	350.455,50
		0033	APOIO TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS fl. 5	350.455,50
	361		Ensino Fundamental	11.734.200,72
		0035	DESENVOLVIMENTO ENSINO FUNDAMENTAL fl. 8	11.659.940,13
		0037	ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR fl. 12 e 18 e 19	74.260,59
	365		Educação Infantil	2.404.910,19
		0034	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL fl. 14	2.404.910,19
	366		Educação de Jovens e Adultos	281.674,05
		0035	DESENVOLVIMENTO ENSINO FUNDAMENTAL fl. 17	272.572,61
				281.674,05
SUBTOTAL				17.811.245,77
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11494/2007) (2)				21.841.336,36
TOTAL				39.652.582,13

(1) Art. 70 da Lei nº 9394/96

(2) O valor a ser demonstrado corresponderá à contribuição ao FUNDEB, contabilizado na conta 95.1721.01.02 (Exceto Redutor Financeiro do FPM, se houver).

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



ANEXO XIV

Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, § 2.º, III, da CF)

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

20/05/2010 - 09:06:12

		(R\$)
01 - Receitas		
A - Impostos:		
00.1112.02.00	IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	9.667.007,34
00.1112.04.31	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	3.752.625,45
00.1112.04.34	Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	365.922,04
00.1112.08.00	Imposto sobre Transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	4.256.732,02
00.1113.05.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	20.122.348,31
Subtotal		38.164.635,16
B - Transferências Correntes:		
00.1721.01.02	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	42.099.253,75
00.1721.01.05	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	86.541,88
00.1721.36.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/96	554.379,48
00.1722.01.01	Cota-Parte do ICMS	49.333.422,11
00.1722.01.02	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	18.216.347,04
00.1722.01.04	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	757.250,48
Subtotal		111.047.194,74
C - Outras Receitas Correntes		
00.1911.38.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	565.934,28
00.1911.39.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI	4.472,18
00.1911.40.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	162.014,43
00.1913.11.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imp. sobre a Propriedade Predial e Territ. Urbana - IPTU	1.409.588,06
00.1913.12.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imp. s/ a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI	1.280,76
00.1913.13.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	165.259,27
00.1931.11.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.616.570,82
00.1931.12.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI	15.726,15
00.1931.13.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	895.999,39
Subtotal		5.836.845,34
D - Transferências de Capital:		
Subtotal		0,00
E - Deduções das Receitas (exceto FUNDEB)		
92.1112.02.00	Restituição IPTU	(6.723,81)
92.1112.08.00	Restituição ITBI	(9.591,18)
92.1113.05.01	Restituição ISSQN	(416,80)
93.1911.38.00	Desc.Conc.Multa Juros Mora IPTU	(396.147,42)
93.1911.39.00	Desc.Conc. Multas Juros de Mora ITBI	(3.944,68)
93.1911.40.00	Desc.Conc. Multas Juros de Mora ISSQN	(93.010,04)
93.1913.11.00	Desc.Conc. Multas Juros de Mora Dívida Ativa IPTU	(1.146.410,39)
93.1913.13.00	Desc.Conc. Multas Juros de Mora Dívida Ativa ISSQN	(105.296,81)

Saldo: 10.604.678,59

Concluído

124.520.563,35

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



ANEXO XIV

Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, § 2.º, III, da CF)

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

20/05/2010 - 09:06:12

96.1722.01.01	Comp.Cota Parte do ICMS	(841.128,00)
Subtotal		(2.602.669,13)
02 - Total das Receitas (A + B + C + D - E)		152.446.006,11
03 - Valor Legal de Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde		15% = 22.866.900,92
04 - Aplicação no Exercício (Total do Anexo XV)		26,58% = 29,29% = 44.654.996,78

1º Excluído da função 10.122.0062 - o valor de R\$ 127.154,59 referente Retos e Pagos não Processados, e R\$ 28.658,91 referente Despesas de Exercícios Anteriores.

2º Excluído do Anexo XV - função 10.201.0062 - o valor de R\$ 986.291,36, referente às despesas de convênios não incluídos da administração.

Ressalta-se que os valores excluídos na comparataram com o limite constitucionalmente exigido, apenas atenuando o percentual de 29,29% para 26,58%.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

ANEXO XV

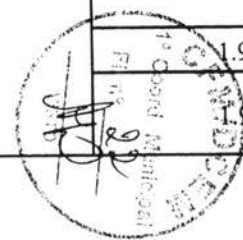
DEMONSTRATIVO DOS GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ART. 198, § 2º, III, da CF)

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

20/05/2010 - 09:06:18

Função	Subfunção	Programa	Especificação	Despesa (R\$)
10	122	0005	Saúde e Saneamento	
<p>Conforme Memorial Res. Pagar Função 10</p> <p>(-1) RP ÑP - 127.154,59 (-1) Desp Exerc Anterior</p> <p>Excluído parte recursos</p> <p>3984195,56</p>	122	0005	Administração Geral	4.921.923,21
		0005	APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO FL 1	5.077.736,71
		0062	GESTÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA (FL 3) -	154.527,38
		0067	CONTROLE SOCIAL DA SAÚDE	4.917.267,33
		0067	28.658,91 (FL 1) FL 5	5.942,00
Excluído parte recursos	301	0063	Atenção Básica	-16.810.456,60
	301	0063	FORT. CONSOL. CUIDADOS PRIMÁRIOS SAÚDE FL 7	16.810.456,60
	302	0065	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	18.335.047,19
	302	0065	GESTÃO SERVIÇOS DE SAÚDE FL 13	7.288.338,56
	302	0066	URGÊNCIA E EMERGÊNCIA FL 20	11.046.708,63
Excluído parte recursos	303	0064	Suporte Profilático e Terapêutico	7.308,33
	303	0064	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA FL 24	7.308,33
	304	0068	Vigilância Sanitária	1.995.712,55
		0068	VIGILÂNCIA SANITÁRIA FL 26	1.995.712,55



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

ANEXO XV

DEMONSTRATIVO DOS GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ART. 198, § 2º, III, da CF)

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

20/05/2010 - 09:06:18

Função	Subfunção	Programa	Especificação	Despesa (R\$)
	305			2.428.735,40
		0069	Vigilância Epidemiológica VIGILÂNCIA EM SAÚDE	171.598,66
		0070	CONTROLE DE ZOONOSES	2.257.136,74
Soma das Subfunções				44.654.996,78
Repasse Previdenciário ao RPPS (Contribuição Patronal)				0,00
TOTAL				44.654.996,78

COMPLETIVA DA DESPESA JUNTO AO - 164.430.873,48
 (-) Convênios 134.520.563,35
 (-) Bancos 10.604.613,59
 10.514.988,72



Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



ANEXO IV

Demonstrativo dos Gastos com Pessoal Incluída a Remuneração dos Agentes Políticos (Face ao Disposto pela Lei Complementar nº101, de 04/05/2000)

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

20/05/2010 - 09:06:04

I) DESPESA

I-1) DESPESA - PREFEITURA

3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	539.977,50
3.1.90.01.00 - Aposentadorias e Reformas	483.282,76
3.1.90.03.00 - Pensões	48.488.460,70
3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado	309.368,90
3.1.90.09.00 - Salário Família	73.263.998,25
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	12.298.294,87
3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	194.017,66
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	714.662,82
3.1.90.91.00 - Sentenças Judiciais	7.848.136,57
3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais	
SUB-TOTAL	144.140.200,03

I-2) DESPESA - CÂMARA

3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	286.882,83
3.1.90.01.00 - Aposentadorias e Reformas	5.054.413,62
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	802.288,09
3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	19.159,50
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	86.657,32
3.1.90.34.00 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	150.249,70
3.1.91.13.00 - Obrigações Patronais	
SUB-TOTAL	6.399.651,06

I-3) DESPESA - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	455.496,28
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	108.417,92
3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	
SUB-TOTAL	563.914,20

TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL NO MUNICÍPIO

(-) Inativos com Fonte de Custeio Própria	0,00
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00
(-) Aposentadorias e Reformas	826.860,33
(-) Pensões	483.282,76
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL = BASE DE CÁLCULO	149.793.622,20

II) RECEITA

Receita Corrente do Município	380.110.833,45
(-) Receita Corrente Intra-Orçamentária	4.262.256,52
(-) Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência	0,00
(-) Receita de Compensação entre Regimes de Previdência	0,00
(-) Deduções das Receitas (exceto FUNDEB)	2.838.221,63
(-) Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	21.841.336,36
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA = BASE DE CÁLCULO	351.169.018,94

III) PERCENTUAIS MONETÁRIOS DE APLICAÇÃO

Aplicação no Exercício	42,66%	149.793.622,20
Permitido pela Lei Complementar 101/00	60,00%	210.701.411,36



ANEXO IV
Demonstrativo dos Gastos com Pessoal
Incluída a Remuneração dos Agentes Políticos
(Face ao Disposto pela Lei Complementar nº101, de 04/05/2000)

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

20/05/2010 - 09:06:04

Excedente

0,00%

0,00

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS

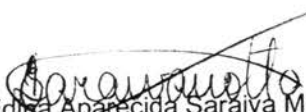


Exercício: 2009
Município: MONTES CLAROS

Processo Número: 835552

PROCESSO Nº: 835552
NATUREZA: Prestação de Contas Municipal
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de MONTES CLAROS
EXERCÍCIO: 2009

Em 30/06/10, encaminho a análise técnica à elevada consideração do Exmo. Sr. Relator nos termos da Resolução TC nº12/08 de 19/12/2008.


Edina Aparecida Saraiva Motta
Coordenador (a) de Área
TC 15773

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS

Exercício: 2009
Município: MONTES CLAROS

Processo Número: 835552

II - Créditos Orçamentários e Adicionais

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2009 foi aprovada sob o nº 4.027
Receita e Despesa Orçada: R\$ 481.500.000,00

1 - DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS		Apurado
1.1 - Créditos Suplementares		
Limite de Créditos Autorizados no Orçamento	R\$	96.300.000,00
Créditos Autorizados por Outras Leis	R\$	0,00
Total de Créditos Autorizados (A)	R\$	96.300.000,00
Identificação da Abertura por Fonte de Recurso		
Créditos Suplementares Abertos por Anulação	R\$	86.200.523,58
Créditos Suplementares Abertos por Superávit Financeiro	R\$	357.000,00
Total de Créditos Suplementares Abertos (B)	R\$	86.557.523,58
Créditos Suplementares sem Cobertura Legal (B - A)	R\$	0,00
1.2 - Créditos Especiais		
Total dos Créditos Autorizados (A)	R\$	109.540.800,97
Identificação da Abertura por Fonte de Recurso		
Créditos Especiais Abertos por Anulação	R\$	109.540.800,97
Total de Créditos Especiais Abertos (B)	R\$	109.540.800,97
Créditos Especiais sem Cobertura Legal (B - A)	R\$	0,00
1.3 - Demonstrativo dos Créditos Adicionais Abertos Sem Recursos		
1.3.1 - Excesso de Arrecadação de Convênios	R\$	14.939.040,19
Créditos Adicionais Abertos	R\$	0,00
Créditos Suplementares/Especiais sem Recursos	R\$	0,00
1.3.2 - Superávit Financeiro do Exercício Anterior	R\$	357.000,00
Créditos Adicionais Abertos	R\$	357.000,00
Créditos Suplementares/Especiais sem Recursos	R\$	0,00

Obs: Na apuração do Superávit Financeiro do exercício anterior não estão sendo computados os valores relativos ao RPPS

Exercício: 2009

Processo Número: 835552

Município: MONTES CLAROS

155
for

1.4 - Créditos Disponíveis

Créditos Disponíveis	R\$	481.857.000,00
Despesa Empenhada	R\$	412.162.187,82
Despesa Excedente	R\$	0,00

Obs: Os créditos Disponíveis resultam do valor orçado mais os créditos adicionais abertos, exceto por anulação, limitados à existência de recursos.

Considerações

Apontamentos (fls. 09, 10)

- Abertura de Créditos Especiais no valor de R\$ 109.540.800,97 sem a devida cobertura legal.

- Abertura de Créditos Suplementares no valor de R\$ 357.000,00 sem recursos disponíveis.

Defesa (fls. 35 a 40, 42 a 151)

"A Lei Orçamentária Municipal nº 4.027 de 08/12/2008 previa para o exercício de 2009, em seu artigo 4º, a possibilidade de abertura de créditos adicionais dentro do limite estabelecido em 20% (vinte por cento).

Os referidos créditos referem-se a um superávit financeiro apurado dentro do Instituto Previdenciário do Município de Montes Claros.

Trata-se de uma Autarquia com autonomia administrativa, contábil e financeira e neste sentido tendo apurado superávit financeiro em suas contas, solicitou da Administração do Executivo Municipal a elaboração de um Decreto de abertura de crédito adicional, em atendimento ao descrito no art. 42 da Lei 4.320/64.

(...) Como forma de comprovação da regularidade dos procedimentos, também segue em anexo cópia do balanço patrimonial da PREVMOC do exercício de 2008, bem como dos decretos 2618/09 e 2658/09, que autorizaram a abertura dos créditos adicionais. Solicitamos reconsideração.

(...)

Fato é que houve o preenchimento incorreto do informativo sobre as leis orçamentárias, sendo informada como única lei que autorizasse os créditos especiais a Lei 4.027/08, a Lei Orçamentária Anual.

Acontece que no Quadro de Leis, Créditos Suplementares, Especiais, Extraordinários e Créditos Especiais do Exercício de 2009, foram informados como decretos as Leis Nº 4.078, 4.080, 4.108, 4.115, 4.087/2009 e Lei Complementar Nº 16/2009."

Análise

Tendo em vista o envio das Leis nº 4.078, 4.080, 4.087, 4.108, 4.115 (fls. 140 a 147), da Lei Complementar nº 16 (fls. 99 a 133) e dos Decretos nº 2.600, 2.601, 2.611, 2.620, 2.625, 2.584 (fls. 44 a 98), efetuamos nova análise e alteramos o Quadro de Créditos Adicionais (fls. 157 a 159), sanando a irregularidade na abertura dos Créditos Especiais.

Em relação à abertura de Créditos Suplementares sem recursos disponíveis, tendo em vista que os Decretos nº 2.618 e 2.658 (fls. 148 a 151) se referem à abertura de crédito adicional no Instituto Municipal de Previdência (PREVMOC) e, conforme Balanço Patrimonial enviado às fls. 42, 43, foi apurado superávit no Instituto de Previdência, efetuamos nova análise e reconsideramos o valor do superávit financeiro, sanando a irregularidade.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS

Exercício: 2009
Município: MONTES CLAROS

Processo Número: 835552

156

for

XVIII - Resumo das Irregularidades Apontadas na Análise Técnica

Processo sem irregularidades

DGCE/DCEM/ 1ª CFM, em 02/09/10

Josiane Cristina Velloso
Nome: Josiane Cristina Velloso

Cargo / TC: Técnico do Tribunal de Contas / 2691-1

**Quadro de Leis, Créditos Suplementares, Especiais,
Extraordinários e Créditos Especiais do exercício anterior**

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

01/09/2010 - 11:18:57

Outras Leis			
Lei N.º	Data	Valor	
4.078	08/04/2009	600.000,00	
4.080	13/04/2009	3.817.000,00	
4.087	19/05/2009	103.846,06	
4.108	10/07/2009	250,00	
4.115	17/07/2009	550.000,00	
LC 16	09/02/2009	104.469.704,91	
Soma:		109.540.800,97	

Créditos Suplementares					
Lei N.º	Decreto N.º	Data	Valor	Fonte de Recursos	Identificação da Receita
4.027	2.600	04/01/2009	272.900,00	Anulação de dotação	
	2.606	01/03/2009	7.467.500,00	Anulação de dotação	
	2.612	04/05/2009	2.247.109,10	Anulação de dotação	
	2.619	01/06/2009	9.546.450,00	Anulação de dotação	
	2.631	01/07/2009	25.905.513,43	Anulação de dotação	
	2.641	01/09/2009	19.383.935,00	Anulação de dotação	
	2.667	01/11/2009	20.283.116,05	Anulação de dotação	
	2.500	13/05/2009	20.000,00	Anulação de dotação	
	2.618	18/06/2009	157.000,00	Superávit financeiro	
	2.657	05/11/2009	1.074.000,00	Anulação de dotação	
	2.658	05/11/2009	200.000,00	Superávit financeiro	
Soma:			86.557.523,58		

Créditos Especiais					
Lei N.º	Decreto N.º	Data	Valor	Fonte de Recursos	Identificação da Receita
4.078	2.600	08/04/2009	600.000,00	Anulação de dotação	
Soma:			600.000,00		

Quadro de Leis, Créditos Suplementares, Especiais, Extraordinários e Créditos Especiais do exercício anterior

Exercício : 2009

Município : MONTES CLAROS

01/09/2010 - 11:18:57

Lei N.º	Decreto N.º	Data	Valor	Fonte de Recursos	Identificação da Receita
4.080	2.601	13/04/2009	3.817.000,00	Anulação de dotação	
		Soma:	3.817.000,00		
Lei N.º	Decreto N.º	Data	Valor	Fonte de Recursos	Identificação da Receita
4.087	2.611	19/05/2009	103.846,06	Anulação de dotação	
		Soma:	103.846,06		
Lei N.º	Decreto N.º	Data	Valor	Fonte de Recursos	Identificação da Receita
4.108	2.620	10/07/2009	250,00	Anulação de dotação	
		Soma:	250,00		
Lei N.º	Decreto N.º	Data	Valor	Fonte de Recursos	Identificação da Receita
4.115	2.625	17/07/2009	550.000,00	Anulação de dotação	
		Soma:	550.000,00		
Lei N.º	Decreto N.º	Data	Valor	Fonte de Recursos	Identificação da Receita
LC 16	2.584	08/02/2009	104.469.704,91	Anulação de dotação	
		Soma:	104.469.704,91		
Créditos Extraordinários					
	Decreto N.º	Data	Valor Decretado	Valor Realizado	
		Soma:	0,00	0,00	

Totais por Fonte de Recursos

	Superávit financeiro	Excesso de arrecadação	Anulação de dotação	Operações de crédito	FUNDEB (Lei 11.494/07, art. 21, § 2º)	Convênio
Créditos Suplementares	357.000,00	0,00	86.200.523,58	0,00	0,00	0,00
Créditos Especiais	0,00	0,00	109.540.800,97	0,00	0,00	0,00

**Quadro de Leis, Créditos Suplementares, Especiais,
Extraordinários e Créditos Especiais do exercício anterior**

Exercício : 2009

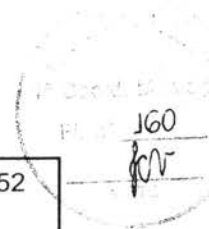
Município : MONTES CLAROS

01/09/2010 - 11:18:57

	Superávit financeiro	Excesso de arrecadação	Anulação de dotação	Operações de crédito	FUNDEB (Lei 11.494/07, art. 21, § 2º)	Convênio
Créditos Especiais do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	357.000,00	0,00	195.741.324,55	0,00	0,00	0,00

159
159

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DOS MUNICÍPIOS



Exercício: 2009

Processo Número: 835552

Município: MONTES CLAROS

PROCESSO Nº: 835552

NATUREZA: Prestação de Contas Municipal

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de MONTES CLAROS

EXERCÍCIO: 2009

EXAME INICIAL

Em 02 / 09 / 10 , encaminho a análise técnica à elevada consideração do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas nos termos da Resolução TC nº12/08 de 19/12/2008.

p/ *Édina Aparecida Saraiva Motta* - 799-1
Édina Aparecida Saraiva Motta
Coordenador (a) de Área
TC 15773



Câmara Municipal de Montes Claros

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG .

Dos Membros da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas desta Casa Legislativa para a Mesa Diretora.

I - RELATÓRIO

1.1. Versam os autos sobre análise de prestação de contas do Município de Montes Claros, referente ao exercício financeiro de 2009, sob o Processo - Nº 835.552 sendo Prefeito Municipal à época, Sr. Luiz Tadeu Leite, devidamente encaminhada pelo Presidente da Câmara Municipal à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, nos termos do artigo 69 do Regimento Interno, e que dentre outros submete aos seus pares.

1.2- Devidamente autuado o referido processo, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Montes Claros notificou o Prefeito, Sr. Luiz Tadeu Leite, a fim de manifestar no processo no prazo legal, previsto nos artigos 40 inciso IV, 58 §§ 2º e 5º da Lei Orgânica Municipal e artigo 190 do Regimento Interno desta Casa.

1.3- Assim sendo, o gestor responsável pelas contas, Sr. Luiz Tadeu Leite, manifestou-se, tempestivamente, no processo de prestação de contas do exercício financeiro de 2009, no dia 12 de abril de 2011, solicitando a confirmação do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, exarado às fls 165 a 167 do autos, pela aprovação das contas do exercício de 2009.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Câmara Municipal de Montes Claros

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

1.4- De acordo com os autos administrativos, fls 165 a 167 do TCMG, as referidas contas, em fase de eexame, foram submetidas à apreciação do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, tendo como Relator o Exmo. Sr. Conselheiro Elmo Braz que, emitiu voto pela emissão de parecer prévio pela aprovação das contas referentes ao exercício de 2009, nos termos do inciso I, do artigo 45 da Lei Complementar nº 102/08 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas, tendo em vista a observância dos índices e limites constitucionais e legais examinados na prestação de contas apresentadas. O parecer do Relator foi acompanhado pelos demais membros da Corte.

Sendo assim, segue a conclusão

II _ CONCLUSÃO:

Diante dos fatos expostos, esta Comissão é favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Montes Claros, referentes ao exercício financeiro de 2009, de acordo com o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2011.

Presidente: Ver. José Marcos Martins de Freitas

Vice-Presidente: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-MG

OF/ GP/ Nº 126/2011

Serviço: Presidência da Câmara Municipal de Montes Claros

Assunto: Notificação (faz)

Montes Claros, 22 de março de 2011.

Excelentíssimo Senhor,

Por solicitação da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Montes Claros, encaminho a V.Exa., nos termos dos artigos 40 inciso IV, 58 §§ 2º e 5º da Lei Orgânica Municipal e artigo 190 do Regimento Interno desta Casa, cópia do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativo às contas do exercício financeiro de 2009 do Município de Montes Claros.

Notificando, V. Exa., para, caso houver interesse, manifestar-se no processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento.

Cientificando-lhe que a não manifestação, no prazo fixado, poderá implicar apreciação com base no atual estágio de instrução em que se encontra o processo.

Neste ensejo, externamos nossos protestos de mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Vereador Valcir Soares Silva

Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros – MG

Exmo. Sr.

Luiz Tadeu Leite

Prefeito do Município de Montes Claros – MG

NESTA

Recbto
20/3/11

Luiz Tadeu Leite
PREFEITO

Câmara Municipal de Montes Claros – Gabinete da Presidência

Av. João Luiz de Almeida, nº 40 - Centro- Montes Claros/ MG -CEP 39400-466

Site: WWW.cmmoc.mg.gov.br -

Tel/Fax: (0xx38) 3690.5400



Município de Montes Claros – MG
Procuradoria Jurídica



Montes Claros, 11 de abril de 2011.

Ofício nº: 92/2011 – Gabinete Prefeito

PARA: Excelentíssimo Senhor Valcir Soares Silva
Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros
ASSUNTO: Parecer Tribunal de Contas MG – Exercício Financeiro 2010.

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste, sollicitar a esta presidência da Câmara Municipal de Montes Claros, que seja colocado em mesa para votação as contas municipais do exercício financeiro do ano de 2010, ressaltando que conforme parecer já emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, as referidas contas foram aprovadas por aquele órgão, sem nenhuma ressalva, requerendo pois, de igual modo, que sejam também aprovadas por esta casa edil por estarem tais contas lícitas e regulares.

Sendo só para o momento,
Antecipamos agradecimentos,

Desejando saudosos votos de elevada estima.

Atenciosamente,


Luiz Tadeu Leite
Prefeito Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA


PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2011 QUE “Dispõe sobre as Contas do Município de Montes Claros/MG, Referentes ao Exercício Financeiro de 2009”, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomadas de Contas.

Projeto de Resolução enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Conforme denota-se da documentação juntada ao projeto, foram obedecidos os trâmites legais, inclusive quanto ao contraditório e à ampla defesa, sendo que a aprovação ou não é questão de mérito que foge à alçada desta assessoria.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 20 de abril de 2011.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 13/2011

AUTOR: Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

MATÉRIA: Prestação de Contas do Município de Montes Claros, Relativas ao Exercício Financeiro de 2009.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 19/04/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 20/04/2011.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A presente proposição trata de Resolução da Comissão de Finanças Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Montes Claros, referentes à prestação de contas do Exercício Financeiro de 2009.

Com efeito dos documentos acostados nos autos, esta Comissão verifica que o procedimento para apreciar as contas de 2009 observou as formalidades regimentais, inclusive determinando prazo para que o gestor responsável pelas referidas contas se manifestasse no processo, assegurando, desta forma, o direito da ampla defesa e do contraditório, que foi exercido pelo interessado.

Conforme Regimento Interno, art. 190, §1º compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir Projeto de Resolução manifestando sobre as contas do Município.

Desta forma, segue a conclusão:

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Resolução que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2011.

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluque Mota:

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Suplente: Ver. Rita Cristina de Souza Vieira: